

AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA PARA OS POVOS ORIGINÁRIOS DO PERU E PARA O DISCURSO COLONIZADOR REPRODUZIDO PELO ESTADO E PELAS MINERADORAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

MARCELO FELIPETI JÚNIOR¹; LUCIANA IOST VINHAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – marcelofelipetij@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lucianavinhas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho diz respeito a uma análise discursiva de viés pêcheutiano que faz uma comparação entre duas posições discursivas distintas: a concepção de natureza para os povos originários Alto Andinos e para o discurso colonizador reproduzido pelas mineradoras, pelo Estado do Peru e pela população mundial consumidora de produtos advindos do processo exploratório. Objetiva-se analisar como o discurso colonizador ainda circula, materializando-se em processos sócio-históricos. Esses processos são viabilizados por uma rede na qual seus agentes, em grande parte, estão fragmentados dos seus próprios impactos, se anulando como sujeitos-históricos. A chave fundamental para essa análise é compreender como nosso campo simbólico em relação ao meio ambiente favorece ou não estes processos coloniais.

O objeto de análise diz respeitos aos registros feitos no documentário *Hija de La Laguna*, dirigido por Ernesto Cabellos Damián, estreado em 2015. O documentário conta a luta de Nélida Ayay juntamente com as comunidades campesinas por conservar “La Mama Yacu e la Pachamama”, isto é, as águas e a terra entendidas como entidades vivas. O documento conta com múltiplas perspectivas que estão interconectadas. Cada história demonstra uma relação diferente com o ecossistema, uma etapa diferente do processo colonial, cada qual com suas especificidades referentes ao funcionamento discursivo. ORLANDI (2005, p. 32) diz que:

A concretude das ações humanas em suas relações sócio-históricas tem sua fonte primordial o discurso, a ideologia que cruza o inconsciente e cria seus imaginários dando suporte para as ações. Dado o fato de que estes discursos não surgem do nada, as palavras não apenas significam isoladamente, mas significam por sua textualidade, seus processos históricos, pelos já ditos.

É por ignorar esses processos que ainda hoje o discurso colonial vem moldando nossas relações humanas e está presente em nossas relações de trabalho. Como observa a autora, o interdiscurso nos permite toda uma filiação de dizeres, uma memória, e identifica-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

A partir da análise empreendida, será possível observar como o discurso colonizador ainda produz efeitos na formação social atual, sendo que, paralelo ao seu funcionamento, é possível existir e se reproduzir um discurso de resistência, em questionamento ao discurso colonizador.

2. METODOLOGIA

Para a Análise do Discurso, considera-se texto não somente a escrita ou fala, mas também ações, instituições, e até mesmo o corpo, os quais são tecidos sociais

escritos pelo discurso no processo de materializar-se sócio-historicamente. É com essa noção de texto que trabalharemos para fazer nossa leitura, sem deixar de levar em conta a subjetividade atravessada pelo discurso, o qual cria identidades e imaginários. Segundo PÊCHEUX (1995, p. 160), “o sentido [...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”.

Para a realização da análise, o documentário *Hija de la laguna*, operando enquanto arquivo do presente trabalho, será recortado em sequências discursivas de referência (SD), a partir das quais nosso olhar analítico produzirá os efeitos necessários para compreender a relação entre discurso dominante e discurso dominado no que diz respeito à noção de natureza.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

(SD1) “La Agua és el sangre de la Tierra. Y sin su sangre, la Tierra no tendría vida. Ya no podría vivir ningún ser viviente sobre la Tierra.”

O trecho é parte da fala de Nélida Ayay, campesina de Cajamarca, que, logo em sua primeira fala, nos propõe a imergir em sua perspectiva viva e integrada de mundo a qual entende a terra como um ser dotado de consciência, um corpo que possui um funcionamento como qualquer outro corpo, o qual, portanto, deve ser respeitado. A água que percorre os rios e nutre todos os seres vivos é metaforicamente assimilada com o sangue que irriga nossos corpos e possibilita a vida.

Essa perspectiva animista, cosmovisão em que entidades não humanas possuem uma essência espiritual, reproduz saberes de uma formação discursiva de diversos povos originários os quais têm a biodiversidade e todos os elementos como sagrados para a existência da vida. É devido a essa relação simbólica que estes povos são agentes potencialmente preservadores do meio ambiente. Ailton Krenak, historiador e filósofo indígena, fala sobre como a interação dos povos originários, antes da invenção do que é hoje o Brasil, serviram para que a mata atlântica fosse a riqueza de diversidades que era antes da chegada dos portugueses, devido à interação de milhares de anos que estes povos tiveram auxiliando na fertilização destas matas como uma cultura biodinâmica.

Já o posicionamento coercitivo da mineradora, com o apoio do Estado, diante da comunidade campesina local de Cajamarca, pressiona para que as famílias que moram naquela região abandonem suas casas. Neste caso o discurso colonizador se mascara sobre a burocracia jurídica que éposta sobre o efeito de transparência; como se fosse imparcial, silencia a história dos povos originários e contradiz as próprias leis e documentos jurídicos ao ignorar a documentação legal da posse destes povos. O pensamento de lucro que incita a competição e individualiza as relações tem em si uma visão objetificadora e utilitarista da terra e do povo. Essa visão está intimamente ligada ao pensamento de mercado capitalista que remonta em sua base histórica uma evolução moderna dos discursos colonizadores. Tal discurso ignora a relação do povo com a terra, e os coloca no lugar de um povo pobre e ignorante, já que seus valores não estão relacionados com acúmulo de bens e lucro; ao contrário disso, reproduzem saberes de uma formação discursiva que valoriza a natureza como ser vivo integrado à comunidade. Em Oruru, Los Andes – Bolívia, são entrevistadas as trabalhadoras das minas e seu discurso já é o de um povo colonizado: elas não mais se identificam com a formação discursiva dos povos

originários. Elas trabalharam em condições de escravidão para as mineradoras, e reproduzem o discurso de que seus filhos devem estudar para não sofrer as condições a que estão subjugadas pelo trabalho nas minas. Este discurso meritocrático é efeito do silenciamento de sua cultura ancestral que possuía uma relação íntima com a terra a qual era a provedora.

Já a figura da Designer de jóias que se inspira contraditoriamente em formas da natureza em seus trabalhos, consome o ouro das minas do projeto Conga. Fragmentada das relações de trabalho, ela é o papel fundamental para esse processo colonizador, e, através de belíssimas jóias e desfiles de moda, povoa o imaginário popular incitando ao consumo destes objetos advindos da exploração.

A fragmentação e as alienações do trabalho são como um texto que escrevemos sem ver o que estamos escrevendo. Tecemos uma relação social estrutural que se materializa a partir do discurso. Atribuímos em nossa subjetividade valores vendidos por um mercado, como o da beleza que possui apenas o intuito lucrativo. Reproduzimos parte de uma dinâmica colonizadora por ser fruto de um imaginário construído pela máxima de que o dinheiro compra tudo, imaginário construído pelo mercado, e compra-se a beleza do ideal colonizador: nosso olhar foi colonizado.

4. CONCLUSÕES

O discurso econômico, que é essencialmente fundamental para o discurso colonizador, o qual ilude grande parte das massas no Brasil e no mundo, cai por terra quando consideramos que existe uma grande diversidade de políticas que possam trazer conforto e todas as necessidades básicas para um povo sem a devastação do meio ambiente e sem o trabalho escravo de grande parte da população. Um bom exemplo é a energia renovável. Com dez painéis de energia solar, por exemplo, carregamos, em um dia de sol, uma semana inteira de energia elétrica em uma escala. Não necessitariamos pagar grandes contas, e nem ter na história um caso como o da Samarco com os rompimentos das barragens. Conseguiríamos, inclusive, distribuir energia acumulada. Se não existe interesse nesta renovação, é porque o próprio discurso utilitarista e objetificador já nos coisificou, assim como as trabalhadoras da mina que vivem sob péssimas condições.

Considerar novas maneiras de nossa existência que respeitem a biodiversidade, significaria tirar o privilégio de grandes poderes que nos dominam simbolicamente e coercitivamente. Uma sociedade com autonomia tiraria automaticamente a nossa relação de trabalho escravo, de grandes impostos, que etimologicamente significa do latim impositu-, participio passado de imponere: "impôr", "pôr como obrigação". A relação simbólica discursiva de como entendemos a natureza e a biodiversidade é fundamental para a materialização de uma relação saudável para a manutenção da vida na terra. Os povos originários das Américas possuem entre eles esta corrente discursiva dentro de sua cosmovisão. Por isso têm uma história de preservação da biodiversidade, ao mesmo tempo que se cultiva a sua autonomia e sustento.

A relação simbólica utilitarista, objetificadora, colonialista, que trata a biodiversidade com subserviência, materializa uma relação de opressão a todas as manifestações de vida na terra e de destruição de todos os recursos naturais. Esta perspectiva discursiva, alimentada pelo imaginário criado por um mercado de grandes potências, garante a escravidão de diversas camadas sociais e o futuro de

uma humanidade sem recursos naturais para sua sobrevivência. A importância de analisar os discursos e suas relações simbólicas dentro da textualidade de seu processo historicizador é entender-se como parte daquele que escreve a história da humanidade consciente de seu papel sem anular-se como sujeito histórico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ORLANDI, E. **Terra à vista: discurso do confronto:** velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- ORLANDI, E. **Análise De Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Editora Pontes, 2005.
- LEGAZZI, S. **O desafio de dizer não.** Campinas, SP: Editora Pontes, 1988.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- MCLUHAN, T.C. **Pés nus sobre a terra sagrada.** Editora IPM, 1994
- Hija de la laguna.** Direção: Ernesto Cabellos Damián. Perú, 2015, DVD.